

Acta N.º 24/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 24/2011 DE 03 DE NOVEMBRO

----- Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e Srs. Manuel Marques Custódio, Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro dos Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- **a) Alteração do horário de funcionamento dos serviços do Auditório Municipal Carlos Paredes.** -----

----- A Sr.^a Vereadora Delfina Gomes informou que, atendendo à actual conjuntura socioeconómica desfavorável e ao muito reduzido número de utentes do Auditório verificado aos sábados, foi implementado um novo horário de funcionamento dos serviços do Auditório, a vigorar no período de 1 de Novembro de 2011 a 31 de Março de 2012, designado de Horário de Inverno, funcionando de segunda a sexta-feira, com período de atendimento, ininterrupto, das 10h00 às 17h00, sem prejuízo de iniciativas pontuais que possam vir a ser realizadas ao sábado, nomeadamente actividades da comunidade escolar. --

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina Santos, no que foi corroborada pelo Sr. Vereador Manuel Custódio, manifestou a sua discordância relativamente ao encerramento ao sábado, afirmando que não se poderá justificar tal posição pela mera contenção de custos já que ao encerrar ao sábado também encerra o posto de turismo que funciona no Auditório. Como outros municípios limítrofes irão continuar a realizar eventos ao fim-de-semana, seguramente os visitantes que pretendam visitar o nosso município não poderão contar com um serviço de apoio como é o posto de turismo. -----

----- O Sr. Presidente, corroborado pela Sr.^a Vereadora Delfina Gomes, manifestou que efectivamente não é de ânimo leve que se tomam tais decisões, mas a conjuntura altamente

desfavorável assim obriga, se bem que estejam salvaguardadas quaisquer iniciativas que se entendam levar a efeito pela sua relevância. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza entende ser adequada a medida de encerramento ao sábado. Sugere no entanto que deverá haver o cuidado de salvaguardar a informação geral sobre o município, nomeadamente turística, no portal oficial e noutras formas de divulgação que se venham a encontrar. -----

----- **b) Orçamento Geral do Estado para 2012 – Reunião na sede da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP).** -----

----- O Sr. Presidente informou que amanhã, dia 4 de Novembro, irá realizar-se na sede da ANMP, em Coimbra, uma reunião dos municípios a fim de debater as propostas da Reforma da Administração Local e as medidas constantes da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2012 apresentada pelo governo na Assembleia da República, nomeadamente a redução das transferências de verbas para os municípios e a redução dos limites do endividamento municipal, o que colocará em muito sérias dificuldades uma percentagem muito elevada de municípios – nos quais se incluirá o Município de Vila Nova de Paiva face à redução para metade dos limites ao endividamento previstos na Lei das Finanças Locais – que assim verão truncada a possibilidade de lançamento e a sua capacidade de execução de investimentos municipais. Foi fornecida à Vereação cópia da Informação n.º 25/2011, de 19 de Outubro, do Chefe da Divisão de Administração e Finanças, sobre a alteração dos limites ao endividamento municipal previstos na referida Proposta de Lei. -----

----- **c) Denúncia do contrato de arrendamento habitacional celebrado em 30 de Março de 2007 com Fernando José de Carvalho Bonito.** -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio entendeu colocar em discussão o assunto em epígrafe, discutido e decidido na reunião ordinária do passado dia 20 de Outubro do ano em curso, afirmando que, sendo presidente desta Câmara Municipal na época dos factos e tendo celebrado o contrato de arrendamento habitacional com o Sr. Fernando Bonito para cedência da habitação a médico estrangeiro, e seu agregado familiar, colocado no Centro de Saúde de Vila Nova de Paiva, conforme acordado com a Direcção Regional de Saúde do Centro, a forma como o Sr. Presidente apresentou o assunto naquela reunião, *“pretendeu dar a ideia que eu estaria de conluio com o proprietário”*, nomeadamente ao afirmar *“que me teria excedido em relação ao que foi deliberado pela Câmara Municipal na reunião de 21 de Março de 2007”*, pelo facto de constar no contrato competir ao arrendatário – no caso o Município – o pagamento das despesas com energia eléctrica, água e demais despesas similares do locado. Ora como o Sr. Presidente sabe o que está legalmente definido é que tais despesas competem ao arrendatário. Além disso não teve conhecimento exacto da

Acta N.º 24/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

proposta do Sr. Presidente porque não lhe foi remetida, dado não ir anexada ao e-mail que lhe foi enviado de alteração da ordem do dia. -----

----- O Sr. Presidente retorquiu que a questão da assunção das referidas despesas pelo arrendatário não é como o Sr. Vereador Manuel Custódio julga, tendo-o aconselhado a consultar um advogado sobre a matéria. Quanto à proposta, no que foi corroborado pelo Sr. Vereador Avantino Beleza, a mesma foi lida, discutida e decidida na referida reunião de 20 de Outubro, pelo que o Sr. Vereador tomou bem conhecimento do assunto. -----

----- **PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da Ordem do Dia, o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação: -----

----- **a) Concurso “Presépios de Natal 2011”** – Proposta de aprovação do regulamento do concurso, destinado aos alunos das escolas do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico do Município, que decorrerá de 07 de Novembro a 13 de Dezembro, e autorização de atribuição dos respectivos prémios no valor global de duzentos e vinte e cinco euros - Informação n.º 120/SEC/GS/11, de 25 de Outubro, da Divisão Social e Cultural (DSC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o regulamento do concurso, que aqui se dá por reproduzido, e a atribuição dos respectivos prémios previstos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da Ordem do Dia oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 20 de Outubro do ano em curso**, aprovada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta. ---

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: EMBEIRAL – Engenharia e Construção, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos contratuais n.º 15, no valor, excluído o IVA, de € 148.427,78 – Informação N.º A-064/2011, de 19.10.2011, da Divisão de Obras Municipais (DOM). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos A, B, C, D, E, F, G, H em Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: EDIBEST – Engenharia e Construção, L.da – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos de contrato n.º 5,

no valor, excluído o IVA, de €77.752,99 – Informação N.º 96-P/2011, de 18.10.2011, da Divisão de Obras Municipais (DOM). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 e 15 de Outubro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Maria Adélia Martins Teixeira**, da Póvoa, Touro – Licença Administrativa – Construção de posto de recolha de leite, no Lugar do Outeiro, na Povoação de Póvoa, freguesia de Touro – Processo N.º 59/2007 – Parecer Técnico n.º PL-54, de 18.10.2007, da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo, devendo ser notificado o requerente para efeitos de audiência de interessados. -----

----- **c) Paulo Jorge Duarte Carvalho**, de Alhais – Licença administrativa – Construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, no Lugar da Pedralva, em Alhais – Processo n.º 79/2003 – Parecer Técnico N.º PL-55, de 18.10.2011, da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo, devendo ser notificado o requerente para efeitos de audiência de interessados. -----

----- **d) Ana Maria Pereira Amaral**, de Alhais – Licença administrativa – Construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, no Lugar de Caderrinho, em Alhais – Processo n.º 34/2065 – Parecer Técnico n.º PL-56, de 21.10.2011, da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo, devendo ser notificado o requerente para efeitos de audiência de interessados. -----

----- **e) João Lacerda Moraes**, de Touro – Reconstrução e ampliação de habitação unifamiliar, na Rua Central, no Touro – Processo n.º 6/2010 – Informação n.º 43/2011, de 20.10.2011, da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo, devendo ser notificado o requerente para efeitos de audiência de interessados. -----

----- **f) Francisco Salvador Direito, de Touro** – Licença administrativa – Alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação unifamiliar; alteração de uso do rés-do-chão para arrumos, na Rua Central, em Touro – Processo n.º 232/1975 – Parecer técnico N.º Jf-

Acta N.º 24/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

236/2010, de 22.06.2010 e Informação n.º S/G, de 13.10.2011, da Divisão de Urbanismo e Ambiente (DUA). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo, devendo ser notificado o requerente para efeitos de audiência de interessados. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Contratação de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, de dois monitores para o Espaço Internet, pelo prazo de um ano** – Parecer da Câmara Municipal – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 31 de Outubro de 2011. -----

“ Considerando que:

1 – A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 15 de Setembro de 2011, sob n/ Proposta datada de 8 de Setembro, e de harmonia com o disposto no n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, deu parecer favorável à contratação de oito docentes/técnicos, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugados com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, com salvaguarda do disposto no art.º 22.º, n.ºs 4 a 6, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do OGE para 2011), por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), contratação essa válida somente para o ano lectivo de 2011/2012, para desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) do 1.º ciclo do ensino básico e das actividades de animação e de apoio à família da educação pré-escolar, e outras actividades municipais, a levar a efeito nos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e equipamentos colectivos sitos na área do Município.

2 – O Espaço Internet em funcionamento em edifício municipal sito na Rua Egas Moniz na vila de Vila Nova de Paiva, é uma actividade que irá ser integrada na Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro (BMAR), sita no mesmo local, ainda em construção, sendo expectável que decorra, pelo menos, mais um ano, até à sua conclusão e entrada em funcionamento, sendo do interesse público municipal manter em funcionamento aquele Espaço Internet enquanto não for transferido para a referida BMAR, face ao número de utentes que a ele acede, que na maioria dos casos não dispõem de acesso doméstico à internet.

3 – Para o desenvolvimento das actividades a realizar no Espaço Internet, de segunda-feira a sábado, são necessários dois monitores, não dispondo a Câmara Municipal

de trabalhadores que possam ser destacados para aquelas tarefas, nem se justificando, face ao acima referido, o recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público.

4 – Os referidos monitores, de forma autónoma e flexível, terão nomeadamente a tarefa de dinamizar e promover as actividades do Espaço Internet junto dos utentes em geral, desencadeando acções de informação e de formação básicas em internet, e propor medidas ou formas de actuação tendentes à melhoria da qualidade do serviço do Espaço Internet.

5 – Por imperativos de interesse público municipal importa assim assegurar as referidas actividades, nomeadamente através da contratação de pessoas singulares habilitadas/qualificadas para o efeito, em regime de contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugados com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, com salvaguarda do disposto no art.º 22.º, n.ºs 4 a 6, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do OGE para 2011), que determina a aplicação em 2011 da redução remuneratória prevista no art.º 19.º da mesma Lei, aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, que venham a celebrar-se ou renovar-se no ano em curso, com idêntico objecto e a mesma contraparte.

6 – Conforme n.º 2 do art.º 35.º da LVCR, na redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa e de avença com pessoas singulares apenas pode ter lugar, quando, cumulativamente:

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (por tempo indeterminado, determinado ou determinável);

b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços (actualmente regulado no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro);

c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.

7 – No âmbito dos Municípios, de acordo com o n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas b) e c) mencionadas no número anterior, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal relativamente à verificação do requisito referido na supra alínea a) do número anterior, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulado por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da

Acta N.º 24/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Administração Pública, até à data ainda não publicada, dispondo por sua vez o n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, para o ano de 2011, que aquele parecer prévio da Câmara Municipal é vinculativo independentemente da natureza da contraparte, para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, quer no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, quer relativamente a contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica, dependendo tal parecer da verificação:

– do disposto no n.º 4 do art.º 35.º da LVCR, ou seja, que seja verificado o disposto na alínea a) do número anterior;

– da verificação da cabimentação orçamental;

– da verificação do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010.

8 – Dada a natureza das tarefas a prestar, os monitores do Espaço Internet irão actuar com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, pelo que não se trata de trabalho subordinado.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, a título excepcional, e de harmonia com o disposto no n.º 4 do art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, delibere dar parecer favorável à contratação até dois monitores, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, ao abrigo dos artigos 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, por procedimento de ajuste directo ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para monitoragem do Espaço Internet, pelo período de um ano, prevendo-se um total de 2.244 (duas mil duzentas e quarenta e quatro) horas de monitoragem, a processar desde que efectivamente prestadas, representando um encargo previsto de € 15.282,00 (quinze mil, duzentos e oitenta e dois euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor se ao mesmo houver lugar. “

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade concordar com a proposta dando parecer favorável à contratação. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Em conformidade com o disposto no n.º 5 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, encerrados os trabalhos, a Câmara Municipal fixou um período de tempo para intervenção do público não superior a trinta minutos, tendo sido prestados esclarecimentos ao seguinte munícipe presente na reunião: -----

----- a) **Fernando José de Carvalho Bonito, de Vila Nova de Paiva.** -----

----- Na qualidade de proprietário da habitação/apartamento cujo contrato foi celebrado em 2007 com a Câmara Municipal para residência do médico do Centro de Saúde, Dr. Ivan, vem, face à repercussão que foi dada nalguns órgãos de comunicação social locais sobre a questão dos supostos gastos excessivos em energia eléctrica com o locado, lamentar tal situação, até porque, como é já do conhecimento do Sr. Presidente, esses gastos não são nada como foi anunciado, pelo que entende que a situação deve ser rectificada e as pessoas visadas serem ressarcidas no seu bom nome. -----

----- O Sr. Presidente informou o município que aparentemente os dados parecem não estar correctos, embora sejam dados da conta-corrente do local constantes no portal da EDP online, mas a situação irá ser averiguada e tomadas as medidas consideradas necessárias. ---

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza corroborou o Sr. Presidente sobre a necessidade de averiguar da situação, tendo afirmado que está à-vontade sobre o assunto, até porque já na época manifestou a sua discordância relativamente à cedência de residência a médicos do Centro de Saúde, porque a haver o mesmo critério também deveriam ser cedida residência a professores deslocados para o concelho ou a quaisquer outros profissionais da administração pública que fossem deslocados para Vila nova de Paiva. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio afirmou ainda que terá havido alguma má-fé na situação, porque se não houvesse má-fé, antes de qualquer decisão deveriam confrontar-se o proprietário e os utentes da habitação sobre os consumos em causa. -----

----- O Sr. Presidente retorquiu que não houve qualquer má-fé no procedimento havido. ---

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----
